

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 2008**-----

-----Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Joana Baptista Vidinha, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Nos termos legais, sendo esta reunião pública, assistiu-se à presença de público e de comunicação social. O Senhor Presidente perguntou aos restantes elementos do Executivo se viam inconveniente em se iniciar esta reunião pela intervenção do público, ao que foi respondido não verem qualquer impedimento.-----

-----Usou da palavra o Senhor Filipe Dias que falou sobre os arruamentos da zona da Tróia, argumentando o desnivelamento das estradas, devido à obrigatoriedade de sentido único, da iluminação pública da Rua Condessa da Junqueira, da colocação de publicidade na Cidade em pontos estratégicos, afirmando ser uma possível receita para o Município e pergunta qual a possibilidade da colocação de publicidade junto às entradas da cidade.-----

-----Relativamente a esta última questão o Senhor Presidente respondeu que a JAE, não autoriza nenhum tipo de publicidade, nestes locais.-----

-----O mesmo Munícipe perguntou se a utilização do espaço onde decorre esta reunião pode ser usado para reuniões, por empresas particulares.-----

-----O Senhor Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----Esteve também presente o Senhor Ramiro Felício Guilherme, acompanhado da sua filha, proprietários da suinicultura sita em Vale da Rainha, Fazendas de Almeirim que disse que o seu pai pretende a aprovação da suinicultura. Tem todas as licenças em dia e necessita que seja dado o licenciamento à mesma. Pergunta ainda se depois do tratamento das águas residuais, feito em lagoas licenciadas, estas podem ser despejadas para os esgotos camarários.-----

-----A Vereadora Manuela Cunha disse que o Senhor Presidente tinha informado em tempos que o processo de licenciamento da suinicultura tinha sido indeferido, o que é contraditório com o que agora é explanado pelos proprietários.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o que foi deferido foi o processo de licenciamento da obra e o que os proprietário pretendem é o licenciamento da suinicultura.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou qual o número de porcas existentes na suinicultura, ao que o proprietário respondeu que são cento e poucos animais.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que uma pecuária daquele tipo, de criação e engorda de animais, exige um conjunto de licenciamentos. Refere que as lagoas se trabalharem permanentemente não são um "frasco de perfume" e por tal deve originar junto das vizinhanças um descontentamento generalizado. Esta actividade deve ter autorização, por parte das entidades competentes, para despejar para o meio ambiente as águas residuais devidamente tratadas, pois os esgotos da Câmara não são supletivos para o despejo destas águas.-----

-----A proprietária refere que a água tem sido analisada, e tem autorização para ser lançada no meio ambiente. Esclarece ainda, relativamente ao mau cheiro, que quando a pecuária foi construída, não existiam moradias nas redondezas.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse que, será então a Autarquia a responsável pelo descontentamento das populações, uma vez que permitiu a construção de moradias junto à pecuária.-

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou ao proprietário se pode ser convidado a visitar a exploração, ao que foi respondido afirmativamente.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha lamenta que o Senhor Presidente não tenha esclarecido os moradores reclamantes aquando da sua deslocação a uma reunião pública anterior, sobre o licenciamento da exploração.-----

-----O Senhor Presidente disse que o processo vem para apreciação na próxima reunião.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da Ordem do Dia pediu a palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que disse o seguinte: "Não vou falar do "licenciamento" do Aterro Sanitário, nem da posição pública da QUERCUS sobre a sua cadeia. Para usar exclusivamente o meu tempo, hoje vou falar de: Relatório da IGAT sobre a Inspeção Ordinária ao Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Município de Almeirim feita em 2000.-----

-----Conclusões do Relatório da IGAT sobre a Inspeção Ordinária ao Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Município de Almeirim feita em 2000.-----

-----"CAPÍTULO IX-----

-----PROPOSTA DE DECISÃO-----

-----Em face de descrito, superiormente se alvitra que sejam tomadas as seguintes medidas:-----

-----1. Que se comunique ao Digno Magistrado do M.P. junto do TAC de Coimbra:-----

-----1.1 A matéria relatada a folhas trinta e dois - trinta e quatro e quarenta e um - sessenta e sete, (excepto casos a)) e i)), com vista e i)), para efeitos de impugnação contenciosa dos respectivos actos administrativos.-----

-----1.2 A matéria descrita a folhas trinta e dois - trinta e quatro e quarenta e um - sessenta e sete, (excepto casos a) e i)), com vista à eventual aplicação de sanções tutelares, maxime a dissolução do órgão executivo municipal, nos termos da lei número vinte e sete barra noventa e seis, de 1 de Agosto.-----

-----2 Que se remeta cópia integral do presente relatório ao Venerando Tribunal de Contas, salvo, por desinteresse, o Cap.V - fls trinta e dois - sessenta e sete.-----

-----3 Que se leve a conhecimento dos órgãos, executivo e deliberativo, municipais o conteúdo deste relatório, estabelecendo-se superiormente prazo para a correcção das anomalias detectadas.-----

-----4 Que se remeta aos particulares munícipes a matéria a que estes respeita, (fls quarenta e dois - quarenta e três e sessenta e três - sessenta e sete).-----

-----Tomei conhecimento, em meados deste mês, deste relatório que foi solicitado à IGAL por um munícipe do nosso Concelho que teve a gentileza de me oferecer uma cópia.-----

----- Este relatório é, portanto público, foi obtido legalmente junto da IGAL. Não fui violar a correspondência privada de ninguém. Qualquer cidadão o pode obter.-----

-----Por questões pedagógicas, vou oferecer um exemplar aos srs. Vereadores, sobretudo para análise dos que o apoiam incondicionalmente e que nunca duvidam da sua honestidade e legalidade e que até o fazem por escrito, em declarações de voto. -----

-----Leiam-no e tirem as vossas conclusões. Apelo contudo em que haja algum pudor na utilização da informação nele contida e que vou distribuir à Comunicação Social, pois há pessoas e factos que não será, na minha opinião, de citar. -----

-----Espero que, desta vez, não façam, como já me fizeram a mim, a transcrição de "supostos" emails pessoais e particulares, obtidos criminosamente e distribuídos à comunicação social nesta mesma sala. -----

-----Faço a sua divulgação dando cumprimento ao ponto 3 do

referido relatório e que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> não cumpriu, a fazer fé nas informações que me foram dadas por autarcas da altura:-----

-----"Ponto 3. Que se leve a conhecimento dos órgãos, executivo e deliberativo, municipais o conteúdo deste relatório, estabelecendo-se superiormente prazo para a correcção das anomalias detectadas."-----

-----Como é que é possível ter mantido todos os autarcas eleitos numa ignorância total sobre o grave conteúdo deste relatório?---

-----Como é possível não ter sentido necessidade de justificar aos munícipes que o elegeram o conteúdo deste relatório?-----

-----Li-o com muita atenção e tirei algumas conclusões:-----

-----Os procedimentos do Sr. Presidente da Câmara continuam, deploravelmente, a ser os mesmos, arrisco até a dizer que são piores.-----

-----Quem é que pode ter confiança nas suas propostas e decisões que, quase sempre, constituem um atropelo à legalidade? Talvez agora comece a perceber porque é que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> não me merece qualquer confiança.-----

-----Não consigo imaginar as dezenas de processos que tem e terá tido em tribunal, mas nem uma palavra acerca deles nem uma justificação para os elevados custos processuais e eventuais penas aplicadas. -----

-----Então o dinheiro gasto não é pertença dos nossos munícipes e eleitores? -----

-----Tem algum direito a ter este procedimento sr. Presidente? -

-----E eu que até pensava que a sistemática recusa em fornecer os processos solicitados dezenas de vezes por Vereadores e Deputados Municipais era só uma teimosia sua. A partir de agora farei todos os possíveis para os obter e garanto-lhe que os consigo.-----

-----Para mal dos meus pecados sou obrigado a concluir que a única entidade reguladora que funciona em Portugal é a ASAE, tão ciosa de não me deixar comer chouriço caseiro e interditar-me outras coisas deliciosas. Agora permitirem-se comportamentos desviantes como os relatados pela IGAT é a coisa mais normal do

mundo.-----  
-----Resposta do Sr. Presidente: Dei conhecimento, na altura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----  
-----2 - Carta ao TAFL de 24 Setembro de 2008.-----  
-----Recordo a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> e para que fique em acta que as respostas aos meus Requerimentos de 20 de Outubro já me deveriam ter sido entregues.-----  
-----Requerimento 10, apresentado em 20 de Outubro: Cópia da carta remetida pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim, em 24 de Setembro de 2008, ao Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.-----  
-----Requerimento 11, apresentado em 20 de Outubro: Cópia da carta remetida pelo Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, relativa à acção interposta pelo Presidente da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 11.º da Lei 27/96 de 1 de Agosto e de acordo com as suas competências previstas na alínea e) n.º 1 do art.º 54.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, bem assim como as respectivas respostas dadas pelo presidente da Câmara Municipal -----  
-----Distribuí a Comunicação de despacho de Arquivamento, chamando a atenção para o Ponto E.-----  
-----"E - A CM de Almeirim, em 24/9/2008, esclarece que ainda não definiu nenhum acto de destaque relativamente à parcela em questão, tendo havido apenas um parecer favorável, por deliberação da CM de 22/9/2008, relativamente à suspensão parcial do PDM de Almeirim, solicitado pelo aludido Instituto."-----  
-----Emissão de pronúncia sobre a pretensão Governativa de proceder "suspensão parcial" do PMD, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 100.º do DL n.º 316/2007 (Ponto 1 da Reunião da Câmara Municipal de Almeirim de 22 de Setembro de 2008).-----  
-----Sobre este situação apenas transcrevo o que consta na ACTA da reunião da Câmara Municipal de Almeirim de 22 de Setembro de 2008, na pág. 21, ao fundo, da declaração de voto do senhor presidente da câmara municipal de Almeirim.-----

-----"Voto a favor da proposta de suspensão parcial de quarenta e dois hectares de terreno na Herdade dos Gagos, segundo localização definitiva que o levantamento topográfico vier a indicar "-----

-----Quer isto apenas dizer que, a informação que o senhor presidente de Câmara deu ao Tribunal em 24.09.2008 não corresponde à verdade!-----

-----Afinal em que ficamos? -----

-----Será que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> já desistiu de construir a Prisão de Almeirim? Espero que a lucidez o ilumine.-----

-----Resposta do Sr. Presidente: Em relação aos documentos solicitados, não os entrego, são da minha confidencialidade.-----

-----3 - Visita da Inspeção de Trabalho às Piscinas Municipais. Gostaria de saber o que é que se passou, pois sei que para além dos trabalhadores foi ouvida a Comissão Liquidatária.-----

-----4 - Blogue dos Bombeiros Voluntários de Almeirim supostamente não oficial <http://bombeirosvoluntariosalmirim.blogspot.com/>.-----

-----A propósito da proposta de protocolo para enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, nos Bombeiros, que foi aprovada na reunião de vinte de Outubro, com o meu voto de vencido, com a seguinte declaração de voto:-----

-----"Não discuto as virtualidades deste Protocolo, no entanto, face ao recentemente sucedido que, não posso tolerar por considerar muito grave, voto contra e faço voto de vencido porque não foi cumprido o Artº três do Regimento da Câmara Municipal de Almeirim: "...não estão disponíveis todos os documentos que habilitem os vereadores na discussão das matérias nela constantes (Ordem do Dia).-----

-----Vejo-me obrigado a deixar bem claro que os "golpes baixos" tão do agrado de alguns "ditos políticos" como aquele que fez publicar no Blogue dos Bombeiros Voluntários de Almeirim a minha declaração, como eu fosse contra a instituição dos bombeiros, que merece o meu maior respeito pelo serviço público que prestam

e não devem ser objecto da mera tática de políticos " falhados" que não têm qualquer "ponta de vergonha" de utilizar essa instituição para os seus fins particulares. -----

-----Se aos bombeiros sempre se lembram os seus deveres é altura de eles exigirem os seus direitos, e de exigir que os políticos cumpram os seus compromissos com a instituição.-----

-----Subsidiar a acção e actividades dos Bombeiros, não é, nem pode ser considerado um favor mas sim um direito, e aos políticos deve exigir-se que cumpram os seus compromissos, aos políticos caseiros deve exigir-se que respeitem a Instituição dos Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

-----Sejamos muito claros, a proposta apresentada pelo presidente de câmara foi ilegal - pura e simplesmente não existia, no contexto em que decorreu a reunião votei contra essa proposta, mas também votei contra todas as outras que enfermavam dos mesmos defeitos. Não questioneei sequer que não constava nem do Plano Plurianual de Actividades nem do Orçamento e nem sequer existia cabimentação orçamental para a mesma. Estas "chatices" legais que obriga a quem desempenha um cargo público e gere dinheiros da comunidade, que nunca deverá ser usado em benefício próprio, nem que seja para se promoverem, são uma complicação dos diabos. Já agora, dado que o Sr. Vereador Pedro Ribeiro é Vice-Presidente dos BVA, gostava de lhe perguntar se a Direcção dos Bombeiros concorda com o que foi feito? É que se não concorda deviam esclarecê-lo."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse:" O relatório da inspecção ordinária ao funcionamento dos Órgãos e Serviços do Município de Almeirim - IGAL- não é nenhuma novidade para a CDU e acha muito interessante se ler-mos o relatório na sua integralidade. Constata-se que o Ministério Público deu seguimento a muitos processos, nomeadamente de edificações que violam normas legais, processos esses recusados a sua consulta aos Vereadores da oposição. Estes processos levaram à condenação e se a lei fosse cumprida haveriam edificações que estariam no chão. Esta inspecção veio confirmar as ilegalidades cometidas



pela Câmara. Lamenta que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não tenha procedido em conformidade com a lei.-----

-----A mesma Autarca referiu que o Senhor Presidente vai ter que se esforçar mais porque os seus amigos não incluíram no PIDDAC a construção da cadeia, e assim, o Município de Almeirim viu-se excluído daquele empreendimento. O PIDDAC para Almeirim é zero euros, quando a Administração Central se lembrar de Almeirim, é só para destruir sobreiros. -----

-----Pretende ainda ser esclarecida porque motivo foi cortada a água na zona norte da cidade.-----

-----Julga também que o anúncio distribuído nas caixas de correio e que se refere à publicidadezinha para utilizar o circuito de manutenção, vem por bem, só lamenta que para se correr se tenha gasto tanto dinheiro, porque, na reunião de Câmara de um de Julho de dois mil e dois foi sugerido por si a reparação daquele espaço, numa proposta que foi posta de lado pelo Executivo. Verificou-se, sete anos depois, que o circuito de manutenção foi recuperado, e deixado cair o processo para implementação daquele espaço na Zona Norte, local previsto à época para instalação daquele equipamento.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse: "Relativamente ao relatório do IGAL que o Senhor Vereador Francisco Maurício fez referência, o Senhor Presidente nunca prestou esclarecimentos ao Executivo sobre aquele e outros processos judiciais. Num Estado de Direito este procedimento não deveria existir, verifica-se assim que os Órgãos Públicos são os primeiros a dar o triste exemplo. É obrigatório que a Assembleia Municipal tome conhecimento dos processos judiciais.-----

-----O mesmo Autarca refere que faz hoje um ano, que entregou um requerimento sobre o movimento de pessoal da ALDESC, e até à presente data ainda não recebeu resposta. Pretende ainda saber porque não foi agendado para a reunião de hoje, o assunto que propôs sobre as movimentações de pessoal da empresa municipal e pergunta quem foi o fiscal único que fez o relatório de gestão da empresa que se encontra publicado na página das Finanças na

Internet.-----  
-----Pretende ainda ser esclarecido porque é que as contas das Águas do Ribatejo não são distribuídas a este Executivo Municipal.-----  
----Mais questiona porque motivo as contas da Resiurb, não são também entregues ao Executivo. E se os Estatutos da Empresa estão de acordo com a lei quarenta e cinco de dois mil e oito.--  
-----Gostaria ainda de ser esclarecido se a Câmara vai albergar um bairro social que vai trazer pessoas de outro concelho.-----  
-----O Senhor Vice Presidente apresentou esclarecimento à Senhora Vereadora Manuela Cunha sobre o PIDDAC. Relativamente à água cortada foi motivada pela ruptura de uma conduta, quanto ao circuito de manutenção, o Autarca refere que a Senhora Vereadora esqueceu-se de dizer que para o local onde agora se encontra o circuito de manutenção, esteve pensado a construção de um bairro de habitação social. Convida a Vereadora a passar lá e verificar a iluminação existente naquele local a fim de verificar que esta é amiga do ambiente.-----  
-----Esclareceu ainda o Vereador Francisco Maurício quanto à questão do blogue dos Bombeiros, informando que este é perfeitamente identificado, é feito por bombeiros - não sendo oficial, e acha bem que as pessoas se expressem, reclamações são com os autores, que estão devidamente identificados. Acrescentou que os Bombeiros Voluntários de Almeirim nunca foram utilizados politicamente e infelizmente, vêm hoje aqui à baila com um assunto que em nada dignifica esta instituição. O protocolo vai ser objecto de um concurso público ao nível dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, para recrutamento, e não haverá dispêndio monetário por parte da Direcção dos Bombeiros. Deixa só uma última nota, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria parece que arquivou mais um processo.-----  
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu ao Senhor Presidente, que lhe desse a palavra e invocou a sua honra para responder ao Vice Presidente.-----

-----Em resposta ao Senhor Vice-Presidente voltou a esclarecer a postura tida por si na reunião de vinte de Outubro de dois mil e oito, onde de facto foi incluído o ponto em questão: "No Ponto 2 - Apreciação da proposta de protocolo para enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, nos Bombeiros;-----

-----Há o protocolo incompleto (faltam as páginas pares) , mas não existe nenhuma proposta, como é seu mau hábito.-----

-----No Ponto 3 - Apreciação e aprovação de Projectos, Programa de procedimento e caderno de encargos e autorização para abertura de Concurso Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008 de 29 de Janeiro, do projecto: 3º Troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN 114 e a estrada de Vale Barrocas;-----

-----Há documentos, mas não existe nenhuma proposta, como é seu hábito.-----

-----No Ponto 4 - Apreciação e aprovação de Projecto, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos e autorização para abertura de Concurso Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008 de 29 de Janeiro, do projecto do "Centro Escolar de Almeirim";-----

-----Bem, aqui não há mesmo nada.-----

-----No Ponto 6 - Apreciação das propostas de Estatutos para a SRU, Protocolo entre sócios originários e os sócios supervenientes e Quadro de Critérios de Distribuição da Capital Social;-----

-----Há o protocolo, mas não existe nenhuma proposta sua, como é hábito.-----

-----No Ponto 7 - Apreciação da proposta de revogação da deliberação de dezoito de Julho de dois mil e oito para obtenção de empréstimo bancário de quatrocentos e oitenta e nove mil e oitenta e oito euros e em sua substituição deliberar de quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos como resultado dos valores definitivos indicados pela CCDR Alentejo para o Centro Escolar

de Almeirim;-----  
-----Aqui não existe qualquer documento.-----  
-----Não será motivo para as retirar da OT? Acho que sim à face  
do Regimento deste Executivo e pelos motivos que de seguida vou  
expor."-----

-----O Senhor Presidente informou que às dezassete horas se vai  
ausentar devido a assuntos que tem a tratar em Lisboa, e  
continuou esclarecendo: " Em relação ao relatório de dois mil da  
IGAL, era tão secreto que já era conhecido por toda a gente.  
Este, previa a extinção do órgão e não a perda de mandato. Em  
relação às contas da empresa municipal, estas são da  
responsabilidade do Revisor Oficial de Contas e do Gabinete de  
Contabilidade Figueiredo & Lopes. Quanto às contas da RESIURB,  
refere que já pediu as mesmas, a fim de as apresentar ao  
Executivo. Em relação à Eco Lezíria onde sou Presidente informo  
que não aufero nenhum tostão, nem para a gasolina."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, perguntou ao Senhor  
Presidente, quem é o Presidente da Assembleia Municipal, a quem  
o Senhor entregou cópia do relatório.-----

-----O Senhor Presidente respondeu:"Vá ver ao blogue".-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - O Senhor Presidente submeteu à aprovação as Actas  
das reuniões abaixo indicadas, previamente distribuídas a todos  
os autarcas, que foram aprovadas como se indica:-----

-----Acta de vinte e dois de Setembro - Aprovada por  
unanimidade.-----

-----Acta de vinte de Outubro - Aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as  
Actas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia  
dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é  
essencial às deliberações, nos termos do n.º. 1 do Artigo 92º da  
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social da Autarquia, informando que o agregado familiar de João Duarte Loureiro, solicitou autorização para a construção de uma casa de banho e marquise.-----

-----É referido pelo Gabinete que o agregado familiar tem uma situação sócio-económica muito fraca, motivo pelo qual solicita a isenção do pagamento da licença para construção dos referidos melhoramentos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade isentar, desde que a lei o permita.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Vidinha apresentou a sua proposta de atribuição de Auxílios Económicos para o ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove, aos alunos das escolas do primeiro ciclo do ensino básico e Jardins de Infância, com o esclarecimento de que todos os pedidos apresentados com base em declarações de rendimento dos encarregados de educação foram analisadas pelo Gabinete de Acção Social, que fez as averiguações legalmente possíveis da veracidade das mesmas. Assim, propõe que sejam pagos os Auxílios Económicos ao Agrupamento de Escolas de Febo Moniz - Canto do Jardim e Moinho de Vento relativos a cento e oitenta e cinco, do escalão A e cento e vinte e quatro do escalão B; Agrupamento de Fazendas de Almeirim - setenta e seis alunos do escalão A e setenta e dois alunos do escalão B, sendo que ao escalão A é

concedida a importância de cinquenta e cinco euros e ao escalão B o valor de trinta euros.-----

-----Jardim número um e dois de Fazendas, seis alunos escalão A e quatro alunos escalão B; Jardim de Paço dos Negros, sete alunos escalão A e dois alunos escalão B; Jardim de Marianos, um aluno escalão A e um aluno escalão B; Jardim da Raposa, cinco alunos escalão A e dois alunos escalão B; Jardim de Infância número um de Almeirim, quinze alunos escalão A e cinco alunos escalão B; Jardim número dois, seis alunos escalão A e três alunos escalão B; Jardim número três, treze alunos escalão A e dois alunos escalão B; Jardim de Infância de Benfica do Ribatejo, oito alunos escalão A e cinco alunos escalão B; Jardim de Infância de Foros de Benfica, dois alunos escalão A e quatro alunos escalão B.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO - Foi presente a carta de "Modelo, Continente, SA" comunicando que durante os meses de Novembro e Dezembro do corrente ano o estabelecimento de hipermercado sito na Rua do Matadouro em Almeirim, se encontrará a cumprir o horário alargado nos Domingos e Feriados, no período compreendido entre as nove e as vinte e três horas.--

-----A Câmara deliberou deferir, e alargar o horário aos restantes estabelecimentos do Concelho.-----

-----

-----Para a deliberação que se segue, ausentaram-se da sala os Senhores Vice-Presidente Pedro Ribeiro e Vereador José Carlos da Silva.-----

-----PEDIDO DE APOIO - Foi presente a carta da Associação Sénior de Almeirim, Valência USAL, solicitando apoio de quinhentos euros para a realização de um jantar convívio com noite de fados, aberto à população em geral. Esta iniciativa visa proporcionar este convívio também a alunos com algumas

limitações económicas.-----

-----A Câmara deliberou conceder o montante referido.-----

-----Retomaram o lugar os Senhores Autarcas.-----

-----PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A CAMARA E O CRIAL - Foi distribuído a todos os Autarcas a fim de ser discutido na próxima reunião de Câmara, o Protocolo de parceria entre a Autarquia e o Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, que visa distribuir equipamentos recolhidos pelo serviço municipal dos "Monstros", de objectos que ainda se encontrem em bom estado e possam ser aproveitados por famílias carenciadas. O protocolo define que a Autarquia proceda à recolha dos equipamentos, e que o CRIAL se comprometa a disponibilizar um espaço para o seu armazenamento. Posteriormente, os Técnico do Gabinete de Acção Social do Município e a equipa multidisciplinar do Rendimento Social de Inserção fazem o diagnóstico social e a avaliação das necessidades das famílias a apoiar.-----

-----Quem solicita o serviço da recolha da Autarquia, que é gratuito, assina um documento a autorizar que os objectos de que se quer desfazer possam ser utilizados. A Autarquia garante que todo o processo tem total confidencialidade das pessoas envolvidas.-----

-----ESTACIONAMENTO PARA BICICLETAS - O Senhor Vice Presidente referiu que a empresa imobiliária ERA, solicitou o apoio da Autarquia para colocação junto ao seu estabelecimento, no Parque das Laranjeiras de um estacionamento para bicicletas. A aquisição deste meio de transporte tem por objectivo reduzir os níveis de poluição através da deslocação dos seus colaboradores e clientes em bicicletas. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha diz estar totalmente de acordo com esta medida, mas discorda que seja a Câmara que coloque a publicidade da empresa no ciclo parque.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que não é a Câmara que vai mandar fazer a publicidade, apenas, vai fornecer o ficheiro

com o nosso logótipo e será a empresa a mandar executar o seu logótipo.-----

-----A Câmara deliberou colocar o referido ciclo parque no Parque das Laranjeiras.-----

-----CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DE EDIFÍCIOS - A Senhora Vereadora Manuela Cunha apresentou a proposta que a seguir se transcreve: " considerando o papel relevante que a vinicultura tem vindo a ocupar na economia do Concelho de Almeirim do Século passado até aos nossos dias;-----

-----Considerando que Almeirim em mil novecentos e trinta e sete chegou mesmo a ser o maior produtor do vinho do Ribatejo, o que não foi por certo alheio à construção de dois edifícios numa zona central da vila, para a instalação dos serviços de apoio técnico da Junta Nacional dos Vinhos, organismo oficial de ligação entre produtores e poder político;-----

-----Considerando o interesse arquitectónico e a centralidade dos dois edifícios do IVV localizados na Rua de Coruche;-----

-----Considerando a importância desta actividade na história e cultura das nossas gentes;-----

-----Considerando ainda o interesse expresso por todas as forças políticas representadas neste Executivo na preservação deste património;-----

-----Considerando, por fim, a intenção expressa pelo Governo de vender este Património do Estado e atendendo ao facto que é importante garantir que qualquer que seja o destino destes edifícios no futuro, estes não deveriam perder a sua traça arquitectónica que marca não só uma época da arquitectura portuguesa (Estado Novo), mas também e sobretudo uma traça indubitavelmente associada às funções que desempenhavam no apoio à actividade vinícola;-----

-----Proponho:-----

-----!. Que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeie o processo de classificação de interesse municipal dos edifícios do IVV localizados na Freguesia de Almeirim.-----



-----Que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeie contactos com a tutela no sentido destes edifícios virem a integrar o Património Municipal.”-----

-----A Senhora Vereadora esclarece que solicitou o agendamento deste ponto por considerar importante a conservação daqueles edifícios, e que a Autarquia se deveria empenhar na preservação do imóvel e classificá-lo com interesse Municipal. Era o momento da Câmara accionar um processo de classificação, pois seria fundamental que estes edifícios não perdessem a sua traça e características. Esclarece ainda, que não é para votar aqui hoje a classificação a atribuir ao edifício, isso será posteriormente, apenas se pretende que a fachada do mesmo não seja alterada.-----

-----O Senhor Presidente disse que a proposta traz um atraso de quinze anos. Tem andado atrás do edifício do IVV para aquisição, e que o seu valor de alienação custa um milhão e duzentos mil euros. A Câmara desencadeou entretanto um processo de recuperação da fachada, que está a decorrer neste momento, e que em contactos realizados na altura, tentou que essa recuperação fosse paga pelo IVV.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse que:” Ainda bem que estava incluído nessa lista este edifício, é sinal que ele ainda está de pé, coisa que não aconteceu com o prédio da Pontinha, o prédio da farmácia e outros que se encontravam na lista proposta para classificação dos imóveis, e que neste momento os citados edifícios já foram demolidos.-----

-----Posta à votação a proposta acima referida foi a mesma reprovada, com quatro votos contra, do Senhor Presidente, Vice Presidente, Vereador José Carlos e Vereadora Joana Vidinha. E os votos a favor da proponente, Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte Declaração de Voto:” Voto a favor da classificação de interesse Municipal dos edifícios do IVV, localizados na freguesia de Almeirim, porque é uma acção que pretende defender a preservação

do nosso diminuto património que, tem sido pura e simplesmente devassado sobre a égide do Senhor Presidente de Câmara".-----

-----O Senhor Presidente referiu:"Votei contra porque considero desnecessária esta proposta, em função das obras de recuperação que estão a decorrer na fachada deste edifício."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse:"Subscribo as palavras do Senhor Presidente, e já aqui foi lembrado que alguns edifícios foram intervencionados. É bom referir que essa intervenção veio trazer pessoas para o centro histórico, são intervenções de qualidade, sendo que, quem propôs as outras classificações nunca propôs solução viável para o fazer."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:" Voto favoravelmente a proposta que hoje aqui apresentei, e mesmo depois das informações dadas não a retirei por duas razões: primeira - porque requalificação para o PS tem sido igual a demolição e a descaracterização e que a requalificação não obriga à preservação da sua traça, segundo - depois do Senhor Presidente ter invocado a lista de edifícios a classificar que integra o nosso PDM, ainda me considero mais preocupada, e relembro que esta lista inclui também três edifícios que já foram destruídos com a bênção do Senhor Presidente, a casa do Engenheiro Vécie, a outra casa ao lado, a na Praça da República - o prédio da farmácia que na época o Senhor Presidente os classificou de velhos e para o PS aqueles edifícios não faziam figura jurídica de protecção.-----

-----Espero não me vir a enganar em relação ao edifício que propus para classificação de interesse municipal. As obras nesse edifício começaram depois desta proposta ter sido entregue ao Senhor Presidente.-----

-----Quero fazer aqui um parágrafo: o Senhor Vereador José Carlos, é o homem que ultimamente se tem mostrado mais sorridente nestas reuniões.-----

-----Gostaria então que me fosse entregue o projecto de obra e os acordos feitos com o dono do edifício em questão, ou será que a Câmara está a fazer obras em edifícios não pertencentes à

Autarquia?"-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:" O PSD votou a favor da proposta da CDU, por entender ser essencial à preservação de um património que está relacionado com a história do nosso Concelho. O PSD considera que aquele espaço pode ser utilizado para fins sociais, culturais e desportivos, por isso, espera que a Câmara Municipal consiga a transferência daqueles dois imóveis para o património municipal, um deles poderia ser utilizado para futuras instalações do tribunal, ou sede da Junta de Freguesia de Almeirim."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Gostaria de ver aqueles edifícios ligados a instituições educativas do nosso Concelho".-----

-----PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AOS IDOSOS DO CONCELHO DE ALMEIRIM - Sobre proposta do vereador do PSD, Pedro Pisco dos Santos, foi apresentado para análise e discussão o Projecto de Regulamento de Atribuição de Apoio e Benefícios aos Idosos do Concelho de Almeirim, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

----- "PROPOSTA n.º 3/CM/PSD/2008 - MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - CÂMARA MUNICIPAL - Edital n.º .../2008. José Joaquim Gameiro Sousa Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim:-----

-----Torna público que a Câmara Municipal de Almeirim, em reunião ordinária realizada em .. de Novembro de 2008, deliberou por ..., aprovar o Projecto de Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Idosos do Concelho de Almeirim. Em cumprimento do disposto no n.ºs 1 e 2 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, submete-se a consulta pública para recolha de sugestões dos munícipes, pelo prazo de 30 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente edital na 2.ª Série do *Diário da República*. -----

Projecto de Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Idosos do Concelho de Almeirim-----

-----Preâmbulo-----

-----O Programa de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Idosos

do Concelho de Almeirim visa conceder vantagens económicas e sociais à população idosa do Concelho, principalmente aos mais desfavorecidos socialmente, pelo que o Município de Almeirim considera ser essencial contribuir para a erradicação da exclusão social, fundamentar a coesão na comunidade e promover políticas de solidariedade social numa camada da sociedade que merece, por razões óbvias, uma atenção especial.-----

-----Alguns dos princípios estruturantes da sociedade como a protecção dos mais desfavorecidos, a realização pessoal e a plena participação das pessoas idosas, leva que o Município de Almeirim aprove medidas que contribuam para o bem-estar da população idosa.-----

-----Para além das medidas de combate à exclusão social, o Município de Almeirim em parceria com outras entidades pretende prestar benefícios a toda a população idosa, independentemente da sua situação sócio-económica, pelo que o Cartão Municipal do Idoso vai ao encontro da intenção de conceder benefícios a todos os utilizadores.-----

-----A Constituição da República Portuguesa, no artigo 235.º, prevê que a estruturação das atribuições e competências das autarquias locais prende-se com o interesse das próprias populações, pelo que o presente Regulamento insere-se na esfera de actuação do Município de Almeirim.-----

-----Por sua vez, a alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º e n.º 3 do artigo 23.º todos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, dispõem que na área da acção social compete também às autarquias locais, em cooperação com outras entidades e Administração Central do Estado, participar no combate à pobreza e exclusão social.-----

-----Refira-se que, as alíneas b) e c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, prevê que a Câmara Municipal possa apoiar e compartilhar actividades de natureza social e prestar apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos.-----

-----Assim:-----

-----Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República

Portuguesa, na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alíneas b) e c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, a Câmara Municipal de Almeirim deliberou, na sua reunião de ... 11.2008, aprovar o presente Projecto de Regulamento.-----

-----Artigo 1.º - **Objecto**-----

-----1- O presente Regulamento estabelece os critérios e procedimento de atribuição de benefícios e apoios pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----2- O presente Regulamento cria ainda o Cartão Municipal do Idoso que estabelece a susceptibilidade de atribuição de benefícios às pessoa idosas do concelho de Almeirim.-----

-----Artigo 2.º - **Fim**-----

-----O Programa de Concessão de Benefícios e Apoios tem como fim promover e favorecer a qualidade de vida das pessoas idosas e economicamente mais desfavorecidas, residentes no Concelho de Almeirim.-----

-----Artigo 3.º- **Beneficiários**-----

-----1- Podem beneficiar do Programa de Concessão de Benefícios e Apoios todos os cidadãos nacionais ou comunitários, residentes permanentemente no concelho de Almeirim, desde que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:-----

a) Ter idade igual ou superior a 65 anos;-----

b) Residir e ser eleitor no Concelho de Almeirim há pelo menos 5 anos;-----

c) O rendimento *per capita* do agregado familiar se igual ou inferior a 75% do salário mínimo nacional fixado para o ano civil a que se reporta o pedido de adesão.-----

2- A Câmara Municipal de Almeirim procede à emissão do Cartão Municipal do Idoso a todos os cidadãos que preencherem os requisitos nas alíneas a) e b) do número anterior.-----

-----Artigo 4.º- **Rendimentos**-----

-----Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, são considerados rendimentos todos os recursos do agregado

familiar que sejam provenientes do trabalho, de reformas e pensões, de rendimentos prediais, de títulos de valores mobiliários ou quaisquer outros com carácter duradouro ou habitual.-----

-----Artigo 5.º - Agregado familiar-----

-----Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo parentesco, casamento ou outras situações equiparadas, desde que vivam em economia comum.-----

----Artigo 6.º- Processo de emissão do Cartão Municipal do Idoso e atribuição de apoio-----

-----1- O pedido de emissão do Cartão Municipal do Idoso é requerido, gratuitamente, no Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Almeirim através do preenchimento de uma ficha de adesão e assinada pelo requerente.-----

-----2- Os documentos necessários à emissão do Cartão Municipal do Idoso são os seguintes:-----

- a) Uma fotografia tipo passe;-----
- b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão único;----
- c) Fotocópia do cartão de contribuinte;-----
- d) Fotocópia do cartão de eleitor;-----
- e) Declaração da Junta de Freguesia na qual deve constar o número de eleitor e respectiva data de emissão, o local de residência e a composição do agregado familiar.-----

3- Para efeitos de atribuição de apoio, o requerente deve ainda juntar os seguintes documentos:-----

- a) Fotocópia do último recibo de vencimento dos elementos do agregado familiar;-----
- b) Fotocópia do último recibo de pensão ou reforma, ou documento idóneo que comprove o rendimento dos elementos do agregado familiar;-----
- c) Fotocópia da última declaração de rendimentos ou certidão de isenção emitida pela Repartição de Finanças;
- d) Declaração emitida pela Repartição de Finanças sobre a situação contributiva.-----

4- Para efeitos de análise da atribuição de apoio, o requerente deve preencher uma ficha de candidatura própria devendo constar os elementos e documentos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo.-----

5- Caso o requerente já tenha solicitado o Cartão Municipal do Idoso, a Câmara Municipal de Almeirim pode dispensar a apresentação dos elementos previsto no n.º 2 do presente artigo.

6- O Gabinete de Acção Social com a colaboração da Divisão de Obras da Câmara Municipal de Almeirim pode deslocar-se à residência do interessado para verificar as condições sócio - económicas do interessado e agregado familiar.-----

-----Artigo 7.º- Análise da candidatura-----

-----1- O processo de atribuição do Cartão Municipal do Idoso e concessão de apoios é analisado pelo Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----2- A Câmara Municipal de Almeirim reserva-se no direito de solicitar à Segurança Social e outras instituições que atribuem benefícios, donativos ou subsídios, todas as informações que julgue necessárias a uma análise objectiva da candidatura.-----

-----3- Todos os candidatos são informados, por escrito, da atribuição do Cartão Municipal do Idoso e concessão de apoio.---

-----4- Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, há lugar à audiência dos interessados, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----5- A atribuição de apoios depende da concessão do Cartão Municipal do Idoso.-----

-----Artigo 8.º- Benefícios-----

-----1- O Cartão Municipal do Idoso, mediante a respectiva exibição, concede aos seus titulares os seguintes benefícios:---

a) Descontos nas empresas de bens e serviços e outras entidades que aderirem a este projecto;-----

b) Pequenas reparações no domicílio a efectuar pelos serviços da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----2- Entende-se por pequenas reparações as obras realizadas até ao limite de 5 salários mínimos nacionais.-----

-----3- A realização de pequenas reparações depende da avaliação nos termos do artigo 2.º e n.º 3 do artigo 6.º do presente Regulamento.-----

-----Artigo 9.º- Pequenas reparações-----

-----1- Para efeitos do presente Regulamento consideram-se pequenas reparações as seguintes:-----

- a) Substituição de vidros partidos;-----
- b) Reparação/ substituição de torneiras;-----
- c) Reparação/ substituição de autoclismos;-----
- d) Reparação/ substituição de sifões e acessórios de bancada de cozinha;-----
- e) Reparação/ substituição de estores e persianas;-----
- f) Reparação/ substituição de tomadas de electricidades, casquilhos, lâmpadas e interruptores;-----
- g) Deslocação de mobiliários e bens móveis pesados, recolha de velharias e fixação de objectos às paredes e tectos;
- h) Outras pequenas reparações, sujeitas a avaliação.-----

-----2- Dependente da avaliação por parte da Câmara Municipal de Almeirim a aquisição dos materiais para a concretização das reparações poderá ficar a cargo dos interessados, sendo a mão-de-obra sempre disponibilizada pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Artigo 10.º - Obrigações dos beneficiários-----

-----1- Os titulares do Cartão Municipal do Idoso devem informar obrigatoriamente a Câmara Municipal de Almeirim sobre a perda, roubo, furto ou extravio do referido cartão.-----

-----2- Não permitir a utilização do Cartão por terceiros.-----

-----3- Devolver o Cartão aos serviços competentes da Câmara Municipal de Almeirim sempre que perca o direito ao uso do mesmo.-----

-----Artigo 11.º - Condições de utilização-----

-----1- O Cartão Municipal do Idoso é pessoal e intransmissível.

-----2- O Cartão Municipal do Idoso é aceite em todas as empresa ou outras instituições que com a Câmara Municipal de Almeirim tenham protocolo em vigor, as quais constarão de um guia a



elaborar e a fornecer pela Câmara Municipal de Almeirim e que ostentem visivelmente no seu estabelecimento um dístico a editar e fornecer, também, pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----3- Os descontos concedidos destinam-se à aquisição de bens e serviços para uso exclusivo do titular do Cartão.-----

-----4- Os descontos concedidos não são acumuláveis.-----

-----5- As empresas e entidades aderentes devem solicitar sempre a exibição de um documento de identificação ao portador do Cartão.-----

-----6- As empresas e entidades devem participar à Câmara Municipal de Almeirim qualquer uso ou utilização anómala do Cartão.-----

-----Artigo 12.º - Cessação do direito de utilização do Cartão Municipal do Idoso-----

-----1- Constituem causa de cessação do direito de utilização do Cartão Municipal do Idoso, nomeadamente:-----

a) Falsas declarações para obtenção do Cartão;-----

b) A não apresentação da documentação solicitada;-----

c) A não participação por escrito, no prazo de 15 dias da alteração de residência;-----

d) A não participação por escrito, no prazo de 15 dias da transferência do recenseamento eleitoral para outro Concelho;-----

e) O recebimento de outro benefício ou subsídio, não eventual, concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se for dado conhecimento à Câmara Municipal de Almeirim e esta, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação.-----

-----2- A verificação das situações referidas no n.º 1 tem como consequência imediata a anulação do Cartão e a devolução do valor dos benefícios obtidos ao abrigo do presente Regulamento e a interdição por um período de 2 anos de qualquer apoio do Município.-----

-----Artigo 13.º - Incumprimento-----

-----1- Para além do disposto no artigo 12.º, em caso de

utilização fraudulenta do Cartão, as empresas e outras entidades aderentes podem reter o título, comunicando o facto à Câmara Municipal de Almeirim que, de imediato, procede à suspensão da utilização do respectivo Cartão, promovendo a respectiva anulação.-----

-----2- Sempre que os beneficiários do Cartão Municipal do Idoso constatarem o desrespeito das empresas e outras entidades aderentes para com os compromissos assumidos, por via de protocolo, com a Câmara Municipal de Almeirim, devem de imediato e por escrito comunicá-lo à Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Artigo 14.º - Validade-----

-----1- O Cartão Municipal do Idoso tem a validade de 1 um ano e deverá ser renovado anualmente pelo beneficiário, nos termos do artigo 3.º do presente Regulamento.-----

-----2- A renovação é gratuita e será feita mediante a disponibilização de um selo onde consta a data de validade, o qual deve ser colocado no Cartão.-----

-----Artigo 15.º - Aprovação do modelo do Cartão do Idoso e dístico-----

-----O modelo do Cartão do Idoso, selo de renovação e dístico a afixar nos estabelecimentos serão aprovados em reunião de Câmara no prazo de 5 dias a contar da publicação do presente Regulamento.-----

-----Artigo 16.º - Cooperação-----

-----1- Para a concretização das pequenas reparações previstas no artigo 9.º do presente Regulamento, a Câmara Municipal de Almeirim pode estabelecer protocolos de cooperação ou parcerias com associações sem fins lucrativos e outras entidades com fins humanitários e de solidariedade social.-----

-----2- Na celebração de protocolos de atribuição de subsídios entre a Câmara Municipal de Almeirim e as associações sediadas no Concelho de Almeirim, a Câmara Municipal de Almeirim pode estabelecer que aquelas entidades prestem apoio a nível da mão-de-obra na execução das pequenas reparações previstas no artigo 9.º do presente Regulamento.-----

-----3- A Câmara Municipal pode ainda estabelecer protocolos com a Segurança Social e outros organismos da Administração Central do Estado no âmbito de programas governamentais de apoio aos idosos.-----

-----Artigo 17.º - Dúvidas e omissões-----

-----Todas as dúvidas e omissões suscitadas interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Almeirim, sem prejuízo dos poderes de delegação de competências.-----

-----Artigo 18.º - Disposição transitória-----

-----Os utilizadores do Cartão Municipal do Idoso que, prévio à entrada em vigor do presente Regulamento, tenham beneficiado de apoios de natureza idêntica ou análoga aos previstos nas disposições regulamentares aqui previstas, a Câmara Municipal de Almeirim reserva-se ao direito de equacioná-los na análise da candidatura aos benefícios previstos no artigo 9.º do presente Regulamento.-----

-----Artigo 19.º - Disposições finais-----

-----1- O desconhecimento deste Regulamento não poderá justificar o não cumprimento das suas disposições.-----

-----2- Os encargos resultantes da aplicação do presente Regulamento serão providos por verbas no orçamento anual da Câmara Municipal de Almeirim, que definem o limite máximo anual de verbas a executar ao abrigo do disposto no artigo 9.º do presente Regulamento.-----

-----Artigo 20.º - Entrada em vigor-----

-----O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em *Diário da República*.-----

-----Para constar se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo e na página electrónica da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----E eu, ....., Chefe de ....., o subscrevo-----

... de Novembro de 2008.- O Presidente da Câmara, *José Joaquim Gameiro Sousa Gomes*.-----

-----O proponente referiu que este projecto visa combater a

pobreza com a solidariedade social, apoiando os idosos que, normalmente são pessoas de baixos rendimentos. -----

-----O Senhor Presidente referiu que depois de ter lido este Projecto de Regulamento concluiu que o mesmo não consegue dar resposta a todas as situações. Referiu-se ao artigo terceiro, número um, alínea c), e levantou algumas questões que considera que devam ser revistas. No artigo nono, número dois esclarece ser mais fácil para a Câmara dar os materiais e as pessoas executarem as tarefas, que o contrário como é referido no citado artigo.-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que acha um Concelho relativamente pequeno, para aplicação de um regulamento como este. E explica que poderá haver pessoas com um rendimento maior do que o proposto em regulamento, e que tenham uma despesa mensal, por exemplo em medicamentos, e desta forma não será contemplado com o apoio. Acrescenta que a Câmara sempre deu resposta a todos os casos no Concelho, sem existência de um regulamento.-----

-----O proponente esclareceu que o regulamento poderá ser aprovado na generalidade e que se encontre uma solução final com o apoio de todos os Autarcas.-----

-----Posta à votação o regulamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com as alterações a serem introduzidas por todos os Autarcas.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: "Acho que este regulamento vai abranger áreas que ainda não são prática, como é o exemplo do cartão do idoso. Deverá ser dado um prazo aos Autarcas, que não seja muito dilatado para que sejam introduzidas as devidas alterações e espera-se que venham melhorar a aqui apresentada, por isso votei favoravelmente.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Voto a favor."-----

-----Às dezassete horas saiu o Senhor Presidente, assumindo a presidência da ordem de trabalhos o Senhor Vice Presidente.-----

-----O Vereador Francisco Maurício continuou o seu discurso e

disse:" Acho que o Senhor Presidente hoje fez uma boa saída, cheguei a pensar que iria mandar chumbar o Projecto de Regulamento, um vez que ele é contra os regulamentos, sendo esta uma filosofia do Executivo.-----

-----Acho que esta matéria não é para andar ao livre arbítrio dos políticos. Esta posição à qual o PS não teve coragem de chumbar, conforme fez com outras, sem apresentar qualquer justificação, é mesmo para ficar na gaveta. Estamos cá para ver. Saúdo o Vereador do PPD/PSD, por ter apresentado uma proposta desta importância."-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha referiu:" Digo ao Senhor Vereador Francisco Maurício sempre que faço o atendimento do pessoal não o faço ao livre arbítrio da Câmara. Não sinto que fiz favorecimento especial a alguém, porque normalmente as situações atendidas no meu Gabinete são previamente analisadas pelo Gabinete Social, e só posteriormente são distribuídos os materiais.-----

-----Relativamente a este regulamento, quando o li era minha intenção abster-me, mas devido à última intervenção do Veredaor Pedro Pisco dos Santos, quando refere que este ficaria aberto a alterações, porque só quem trabalha com a área social entende que este regulamento tem muitas lacunas."-----

-----Em defesa da honra o Senhor Vereador Francisco Maurício pediu a palavra - esclarece a Senhora Vereadora Joana que nunca disse que a gestão era bem ou mal feita, se não há regulamento a decisão fica ao livre arbítrio. Se não há regulamento baseia-se em quê?".-----

-----O Senhor Vice Presidente disse:" Livre arbítrio não é mais que a reunião de Câmara, onde os assuntos são decididos por todos os Senhores Vereadores".-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva distribuiu ao restante Executivo a seguinte proposta de alteração ao subsídio mensal atribuído ao Orfeão de Almeirim como segue:" Tendo em consideração o trabalho desenvolvido pelo Orfeão de Almeirim,

tanto no Grupo sénior como no Grupo infantil e juvenil, onde tem sido evidente o esforço para cativar elementos para esta actividade lúdica do Canto Coral; -----

-----Tendo em consideração que o esforço referido está também associado à mudança de maestro (sem desprimor para a maestrina cessante) que veio trazer nova vida ao Orfeão;-----

-----Proponho a aprovação da alteração do subsídio mensal de trezentos e cinquenta para quinhentos euros.-----

-----A Câmara deliberou deferir a alteração proposta.-----

-----PRÉMIO PARA O MELHOR ALUNO - O Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou a seguinte proposta: " De acordo com o que tem vindo a acontecer nas edições anteriores do Prémio do Melhor Aluno Dr. António Cláudio, em que os premiados deverão indicar uma ou mais instituições de carácter social à qual se deverá entregar um subsídio global, proponho ao executivo que delibere no sentido de ser transferida a quantia de quinhentos euros atribuída à Instituição CRIAL, depois da votação dos premiados.-

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir a quantia indicada ao Centro de Recuperação Infantil de Almeirim.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício saiu da sala.-----

-----PET 21 - Com a presença do Dr. António Pisco e da Professora Fátima Guia, foi apresentado pelo Senhor Vice Presidente o Projecto de Educação Tecnológica, desenvolvido pelo pelouro das Novas Tecnologias da Autarquia de Almeirim. -----

-----O Senhor Vice-Presidente pediu que se registe o seguinte facto: "O Senhor Vereador Francisco Maurício é sempre muito preocupado com as questões da educação mas não está presente para esta apresentação, a preocupação é só fogo de vista."-----

-----Continuou os seus esclarecimentos sobre o programa. Este visa implementar nas escolas do nosso Concelho um computador portátil, por cada aluno, de forma a habilitá-los a utilizar

este equipamento. Será distribuído a todos os anos do primeiro ciclo. -----

-----Retomou à sala o Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Vice-Presidente referiu que com a introdução dos computadores na sala de aula, não irão substituir o caderno ou o livro, serão sim mais um instrumento de trabalho complementar aos tradicionais. Aliás, os computadores não estarão sempre na sala de aula, será o docente a determinar a sua utilização.-----

-----o Município vai também comprar quadros interactivos para todas as salas de aula, num investimento total de onze mil euros, a serem instalados até dois mil e dez. Com a instalação destes novos equipamentos todos os edifícios escolares vão ver a segurança reforçada com a instalação de alarmes em todas as escolas. O Vice-Presidente referiu ainda que a distribuição pelo Estado do Magalhães (vendido aos alunos a valores até aos cinquenta euros) veio permitir reequacionar o programa PET21 e conferir-lhe mais importância e consistência. Sublimou também que a Autarquia está a fazer uma pequena revolução na educação do Concelho, referindo que devemos ser dos primeiros municípios do país a ter um projecto integrado ao nível das novas tecnologias nas escolas. A Autarquia criou também um portal educativo da Porto Editora, onde os alunos tem disponível um conjunto de conteúdos programáticos aprovados pelo Ministério da Educação e pelo qual a Autarquia vai pagar dez mil euros por ano. O PET Vinte e Um tem por objectivos: facilitar a transmissão de conhecimentos; Considerar o conhecimento como forma de competitividade; Fomentar a igualdade de oportunidades no que toca às tecnologias; Combater a info-exclusão e fomentar a convergência digital; Proporcionar a oferta de mais-valias às crianças e Jovens do Concelho; Dar continuidade ao processo de apetrechamento das escolas em termos de novas tecnologias; Fomentar e facilitar o uso da Internet e tecnologias da comunicação; Formar professores; Sensibilizar professores e encarregados de educação para o papel do computador na sala de aula, da filosofia associada ao "Magalhães" e da sua utilização

em ambiente bem estruturado e enquadrado; Sensibilizar professores e encarregados de educação para a importância das tecnologias de informação na educação; Sensibilizar professores e encarregados de educação para os cuidados a ter com a utilização das tecnologias de informação na educação; Proporcionar a utilização de portais educativos, com acesso a conteúdos oficiais, como incentivo e motivação para o processo de aprendizagem; Alargar a rede de HotSpots do Concelho de Almeirim, de modo a garantir um HotSpot por escola;-----

-----Relativamente às acções a desenvolver visam: Sensibilizar a comunidade educativa para a importância do projecto de modo a garantir o seu empenhamento e aceitação;-----

-----Definir um plano de acção e planificação junto da comunidade educativa de modo a uniformizar a implementação do projecto em todo o Concelho;-----

-----Sensibilizar os encarregados de educação com acções presenciais sobre a importância e objectivos do projecto; Gerir todo o processo de introdução do computador (Magalhães) na escola, desde o seu pedido à sua utilização; Formar professores para possibilitarem a implementação do projecto na sala de aula; Apoiar e capacitar os estudantes para utilizarem o computador, como ferramenta de pesquisa, de criação de conteúdos e de comunicação; Criar infra-estruturas eléctricas e de comunicação nas escolas de modo a garantir conectividade em todo o espaço escolar e alargar a rede de HotSpots gratuitos; Criar a infra-estrutura tecnológica de modo a alojar conteúdos e disponibilizar serviços. Colocar um quadro interactivo em todas as salas do 3º e 4º ano do 1º ciclo no ano lectivo 2008/2009. Colocar 1 quadro interactivo em todas as salas do 1º ciclo, no 1º período do ano lectivo 2009/2010. Colocar hotspots (acesso gratuito à Internet) em todas as escolas do 1º ciclo do concelho. Disponibilizar a todos os alunos do 1º ciclo o "escola virtual" (conteúdos educativos da Porto Editora). Apoio humano e material da Câmara aos professores do 1º ciclo, através de um coordenador para a componente pedagógica.-----



-----O Senhor Vice-Presidente referiu que este projecto será estruturado tendo por base estudos e projectos, quer nacionais quer internacionais, desenvolvidos sobre esta temática e nesta área, cuja implementação deverá ser faseada devendo ser alvo de avaliações periódicas de modo a cumprir da melhor forma os seus objectivos. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha deixou a sua preocupação em relação ao tempo que os jovens possam navegar nestas tecnologias e dos perigos que possam representar.-----

-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido pelo Sr. Presidente em sede de projectos globais referente aos processos de obras a seguir indicado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Flávio Joaquim Sousa Leitão Lidónio, cento e três A de dois mil e sete; Sérgio Alberto Lopes da Costa, cento e dois de dois mil e oito .-----

-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - Estiveram novamente presentes nesta reunião os reclamantes residentes na Rua das Laranjeiras, Tapada, onde foi pintada uma zona de protecção para permitir que um morador entre e saia com a sua viatura. Os reclamantes informaram que ainda não foi feita a intervenção de modo a reduzir a dimensão da raia, que pretende que fique à largura do portão do vizinho e ele que faça as manobras durante o tempo que for necessário, para entrar ou sair. Os reclamantes questionaram o Executivo se as raias estão dentro dos limites estabelecidos, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu negativamente. Assim, a queixosa afirmou que vai estacionar o carro em cima das raias, e que se a autoridade policial a for multar, ela informa que a responsabilidade é da Autarquia. Argumentou que foi deliberado na última reunião de Câmara que fosse reposta a situação inicial, o que até à presente data ainda não se verificou.-----

-----O Vice Presidente, os Vereadores José Carlos da Silva,  
Francisco Maurício, Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha  
deslocaram-se ao local para averiguar a situação.-----  
-----  
-----

----Às dezoito horas e trinta minutos, foi encerrada a reunião.-  
-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo  
da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que  
vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_ A Assistente Administrativa

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_